



## **A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR E SUA FALSA INCLUSÃO DEMOCRÁTICA**

Felipe Ferreira de Oliveira

*Universidade Federal da Paraíba – UFPB – [ffelipe.educacao@gmail.com](mailto:ffelipe.educacao@gmail.com)*

**Resumo:** Esse trabalho é fruto de inquietações sobre a dualidade política em que sempre se encontrou o Brasil e seus reflexos formando uma educação também dual, por meio da institucionalização da escola, que reproduz o modelo ideológico que favorece a classe hegemônica em detrimento da classe dominada. Com base nesses aspectos, é feita uma reflexão sobre suas consequências e a falsa noção de democracia que o ambiente escolar produz gerando a inadequação de muitos jovens que não enxergam significado para o que lhes é imposto. É também através de falta de prática de reflexão do docente em sua ação que esses pressupostos são transmitidos com a falta de conexão com a realidade do discente e sem o engajamento para a mudança de sua realidade, afastando-os e levando as margens da sociedade.

**Palavras-chave:** democracia, fracasso escolar, exclusão, obrigatoriedade escolar.

### **Introdução**

O presente artigo surge do cenário atual em que se encontra a política brasileira, onde temos uma presidente eleita democraticamente afastada do cargo devido a um golpe político, midiático e jurídico que reflete em uma nova onda de conservadorismo da elite por meio de suas representatividades no Congresso Nacional, e de como isso se reflete na educação que está sujeita a projetos de falso cunho não ideológicos e que visam reformas nas leis que regem o ensino indo de encontro com os avanços já conquistados em nosso país.

O Brasil ainda é um país onde a democracia não é sólida. Um dos motivos para ela não perdurar por muito tempo, é por nossa história, desde o tempo da invasão portuguesa, ser marcada por sucessivos golpes, passando desde a independência de Portugal, fim da monarquia e início da república, e os não tão distantes Estado Novo e o Golpe Militar de 1964. A atual configuração em que se encontra o país em 2016 de muito revela que a nação ainda não amadureceu a idéia real de democracia.



Um dos significados da palavra democracia se refere a um governo, ou sistema político, em que o povo exerce soberania, mas isso de fato nunca aconteceu no Brasil, tendo em vista que ainda somos um país influenciado pelas decisões de um grupo privilegiado de proprietários dos principais meios de produção econômica, seja ela nas áreas de comunicações, financeira, agronegócio e construção civil.

Desde o início do século XXI é cada vez mais frequente a onda conservadora na política brasileira dentro do Congresso Nacional, e no meio desse cenário surge com força algumas idéias que visam alterar a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 1996, visando cecear ainda mais a voz dos professores em sala de aula. Um desses projetos é o chamado “Escola sem Partido” (sic.). Além do nome estrategicamente escolhido e texto pautado na liberdade de ideológica, nada mais é do que a tentativa de certos grupos, dentre eles alguns presentes no topo das classes econômicas e de pensamentos, de enlanguescer ainda mais a sua própria ideologia em detrimento da falta de pensamento crítico da população.

A aprovação desse projeto limita a função do professor em sala de aula, passando a ser apenas um reprodutor de conteúdos previstos no currículo escolar e seguindo a metodologia dos livros didáticos, onde a preocupação é apenas de transferência do conhecimento para o indivíduo não o levando a construir por meio da reflexão, como era comum no começo do século passado através da pedagogia tradicional. Essa prática acaba fazendo com que cada vez mais o círculo se feche contra o professor, visto ainda como um dos responsáveis por gerar condições mínimas de ensino e aprendizagem significativa dentro do âmbito escolar, criando ainda mais limitações no cotidiano de seu trabalho.

Tomando como base a concepção de Saviani (2008) de que é necessário entender a educação não como um meio de equalização social e sim como dependente da estrutura socioeconômica que reforça a marginalização através da imposição do pensamento da classe dominante, impedindo o pensamento crítico, refletimos em como esse processo se dá do ponto de vista do estudante, vítima das condições que o cercam. Essa investigação fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, no qual foram realizadas leituras em livros e busca em artigos na base de dados virtuais Google Acadêmico e Scielo.



## **Direito a educação e a obrigatoriedade escolar**

Vivemos em uma sociedade onde cada vez mais implantamos na cabeça das crianças a importância de vencer na vida como se isso fosse condição para ter poder de consumo, ou seja, criamos um padrão de vida em uma sociedade onde aquele que detém poder econômico para consumir aquilo que lhe é imposto pela mídia tem um valor social acima de outro que não possui tal poder. Esse pensamento só aumenta o discurso da meritocracia, que coloca todos em um mesmo patamar de igualdade e atrela o sucesso aquele mais dedicado ao trabalho, inteligente e que consegue um maior aproveitamento das oportunidades, sem levar em conta o abismo econômico que separa uma pequena parcela da população da sua grande maioria.

A escola tem papel importante na reprodução desse tipo de sociedade, ainda mais quando sua função passa a ser de preparação para os grandes vestibulares, ou na atualidade o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, que vem substituindo as provas para o ingresso nas universidades públicas e privadas do país. Ao invés da preocupação com a formação integral do ser humano, desenvolvendo suas habilidades cognitivas e como primeiro contato com a vida social, essas escolas trabalham a educação de acordo com uma concepção empresarial, tratando o conhecimento como um produto a ser ofertado no mercado dando possibilidades de acesso àqueles que possuem o privilégio de adquiri-lo. Dessa forma, somos forçados a acreditar que para termos condições de pleitear por algo na vida necessitamos nascer em berço esplendido e, caso contrário, devemos nos contentar com uma formação voltada para atender a base do mercado de trabalho, em subempregos, que nos exaurem e não nos dão tempo até mesmo para desenvolver a sensibilidade de reflexão da nossa própria ação.

Historicamente, sempre foi necessária para a manutenção do grupo dominante a má formação de indivíduos das classes mais baixas, muitas vezes dominadas. A utilização da escola assume protagonismo nesse processo já que em nosso país ela é obrigatória como consta na LDBEN em seu artigo 32, onde “o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996), mas ao mesmo tempo não garante a igualdade de seus integrantes, estejam eles separados pelas disparidades das escolas privadas para a pública quanto aqueles que frequentam a mesma sala, pois não é levado em consideração o ser humano em questão, tendo suas particularidades, situações econômicas e sociais no momento em que determinado conteúdo é discutido em sala de aula. Confunde-se assim o direito a educação com a obrigatoriedade escolar.



Então, teoricamente segundo as diretrizes e bases, a escola teria papel de ser o instrumento do Estado que garantiria uma igualdade de condições para todos, como afirma Libâneo,

A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade, entendendo por democratização a conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais, políticas e culturais que lhe possibilitem participar na condução das decisões políticas e governamentais (LIBÂNEO, 2013, p. 33)

É, de fato, necessário o direito a uma educação igualitária para que o indivíduo tenha participação em uma sociedade democrática, mas será que essa educação atende a todos de forma igual? Se não, a quem lhe interessa esse descaso com as escolas públicas?

Devido à obrigatoriedade, é evidenciado ainda mais a desigualdade de ensino entre as escolas de todas as regiões do Brasil. Entendemos que um aluno de uma determinada escola pública localizada na região periférica de uma cidade do norte ou nordeste brasileiro não terá as mesmas condições de disputar com outro aluno vindo de uma instituição particular, de um bairro nobre da capital mais desenvolvida financeiramente do país. É também por meio da obrigatoriedade de instrução através da escola que se torna cada vez mais desvalorizada o conhecimento que é tido pela população, àqueles que adquirem um conhecimento fora dos muros da escola não tem o mesmo valor de que o obteve por meios não institucionalizados, pois é exigido pelo mercado uma certificação como se o resultado final de todo o processo educativo se resumisse em um diploma de conclusão. Com isso, se torna ainda mais desvalorizado todo o conhecimento que advém através dos costumes, de maneira informal por meio da experiência do cotidiano, e que refletem a cultura regional de um país diversificado por natureza, já que é substituído por conteúdos enlatados perdendo muito o sentido para aquele que a adquirem.

Se dentro do sistema escolar obrigatório é cada vez mais explícito a dualidade de ensino, já revelada desde no Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, onde por mais que houvessem tentativas de diminuir a distância entre o ensino para a elite e outro para as camadas mais pobres ainda hoje isso não se mostra aparente deixando claro o insucesso da instituição escolar em frente a tentativa de construir uma sociedade essencialmente democrática.

## **O fracasso escolar**



Com a preocupação em encucar o conteúdo, feito muitas vezes de forma com que o aluno não crie identificação com o que lhe é passado sendo pouco atraente e podando a curiosidade que é natural humano, passamos a não ter prazer em aprender, criando a visão de que é necessário freqüentar a escola por ser obrigatória, como a idéia que já nos é intrínseca de que é necessário o sacrifício se quisermos ser “alguém na vida”.

Ainda temos os casos daqueles que não conseguem se adequar as condições impostas pela escola, seja por meio de algum tipo de distúrbio, transtorno ou simplesmente por não ver sentido com o que está sendo imposto, tornando cada vez mais comum encontrar crianças que não conseguem ter o estudo como algo prazeroso.

Essa concepção também é tomada a partir dos profissionais de educação, segundo Libâneo,

Há uma idéia difundida em boa parte dos educadores de que o papel da escola é apenas o de adaptar as crianças ao meio social, isto é, de ajustá-las às regras familiares, sociais e ao exercício de uma profissão. Nesse caso, não se pensa em uma educação interessada na transformação da sociedade; ao contrario, trata-se de desenvolver aptidões individuais para a integração na sociedade. Quando um aluno não consegue aprender, abandona os estudos ou se interessa pouco pela escola, considera-se que são problemas individuais dele, descartando-se outras explicações como as condições socioeconômicas, a desigualdade social e a responsabilidade da própria escola. (LIBÂNEO, 2013, p. 35)

Com isso, o autor elabora três idéias que procuram justificar que a concepção de educação acima, tomada por muitos professores, é conservadora e não explica em todos os aspectos o problema do fracasso escolar de jovens. O primeiro fator revela que a desigualdade social existente em nosso país tem interferência na sociedade em que vivemos devido a não igualdade de oportunidade a todos, principalmente no acesso a informação. O segundo ponto tem relação com o primeiro, pois devido às diferenças sociais, o desempenho escolar não pode ser associado ao individuo sem olhar o que lhe acontece por trás dele, onde vive, suas relações, como chega a escola. A terceira idéia vai ao âmbito na escola, já que tem o dever de não ignorar os problemas sociais e servir de meio de transformação do quadro em que se encontram seus alunos (LIBÂNEO, 2013).

Partindo de outra perspectiva, alguns pensadores da educação indicam que a escola foi pensada, desde a sua criação, para atender a uma necessidade da sociedade, ou daqueles que tem o controle sobre ela, e por isso não é possível uma transformação do quadro social por meio dela, já que é vista como uma ferramenta para o aumento das diferenças sociais.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Mesmo freqüentando idênticas escolas e começando na mesma idade, as crianças pobres não têm a maioria das oportunidades educacionais que naturalmente uma criança de classe média possui. Essas vantagens vão desde a conversação e livros em casa até as viagens de férias e uma diferente idiossincrasia; isto vale para as crianças que gozam disso, tanto na escola como fora dela. O estudante pobre geralmente ficará em desvantagem porquanto depende da escola para progredir e aprender (ILLICH, 1985, p. 21)

Através de estudo feito principalmente nos países pobres da América Latina, o autor chegou à conclusão de que a instituição escolar serve como um meio de desencorajamento da população mais pobre de tomar o controle sobre os seus próprios métodos de aprendizagem, pois nesse meio é muito mais comum o conhecimento ser adquirido fora da escola, mas ao adentrar nela, esse conhecimento passa a ser rebaixado e descartado.

Ivan Illich é mais enfático ao definir que,

A escolaridade não promove nem aprendizagem e nem a justiça, porque os educadores insistem em embrulhar a instrução com diplomas. Misturam-se, na escola, aprendizagem e atribuição de funções sociais. Aprender significa adquirir nova habilidade ou compreensão, enquanto que a promoção depende da opinião formada de outros. A aprendizagem é, muitas vezes, resultado de instrução ao passo que a escolha para uma função ou categoria no mercado de trabalho depende, sempre mais, do número de anos de frequência na escola. (ILLICH, 1985, p. 26)

Com isso o autor reforça que é necessária uma reforma total no sistema de ensino através da compreensão das formas de aprendizagens individuais, não havendo perspectivas para o modelo atual que reproduz a sociedade desigual que dá muito mais importância a frequência, avaliações positivas e certificação ao invés do real aprendizado. Os efeitos causados por esse tipo de instrução se referem ao corte da imaginação para a adequação de modelos pré-estabelecidos e a fragmentação de conteúdos onde um determinado objeto é visto sob diversos ângulos sem a confluência dos mesmos.

Também é importante salientar as conseqüências do ideal de empacotar valores que a escola induz por meio da sua divisão e sistematização do currículo. Essa prática é semelhante a utilizada no mercado publicitário onde nos é apresentado valores definidos, que costumam a atender grande parte da população mas que com a prática nos faz aceitar qualquer tipo de idéia que é empurrado, deixando de pensar, e com objetivo de nos enquadrar ao que é imposto, tornando-nos alienados.

É necessária a libertação dessa cadeia a partir da tomada de consciência por meio da população, pois



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Mesmo os críticos aparentemente radicais do sistema escolar não se dispõem a abandonar a idéia de que têm uma obrigação para com os jovens e, especialmente, para com os pobres, uma obrigação de prepará-los – pelo amor ou pelo medo – para uma sociedade que necessita disciplinada especialização tanto de seus produtores quanto dos consumidores e de seu pleno engajamento na ideologia que coloca o crescimento econômico em primeiro lugar. . (ILLICH, 1985, p. 78-79)

## Conclusão

É claro que a educação sempre esteve relacionada com o mercado de trabalho, e isso desde a sua criação onde o objetivo era formar profissionais para atender as novas necessidades do mercado que até então iniciava o seu processo de industrialização.

Com o passar do tempo foram surgindo novas relações de trabalho onde era alterado a função do empregado desde aquele que exercia apenas uma função na linha de produção dos modelos taylorista fordista para a implementação o toyotismo, onde o funcionário que prevalecia em seu cargo era aquele melhor preparado para desempenhar e acumular o máximo de atividades.

Mesmo com essa mudança de paradigma, a escola pouco se reinventou e ainda reproduz as mesmas práticas de quando foi pensada, e isso é ainda mais evidente nos países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, onde ainda não existiu a superação de suas praticas escolares devido à submissão aos países no topo da pirâmide econômica que utilizam aqueles para a extração de matéria prima e como fonte de mão de obra barata.

A escola, como um instrumento institucionalizado, sujeito ao mercado, o currículo e obrigatoriedade de permanência funciona cada vez mais com um mecanismo de reprodução da exclusão social. É extrema urgência a tomada de consciência por parte dos educadores de sua importância no processo de formação de seres humanos não para o enquadramento de acordo com as regras e necessidades da sociedade e sim pela luta por seus direitos e vida em um ambiente justo, de igual acesso a todos e liberdade de escolhas e pensamentos.

## Referências

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

KUENZER, Acacia Zeneida. *Exclusão includente e inclusão excludente*. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.